

Ponta

Informativo da ABS - Número 2 - Agosto de 2002

Mais um caso de Sambaqui

Tudo começou numa singela manhã do mês de maio, quando as pessoas passavam para desenvolver suas atividades cotidianas de trabalho, aula, caminhada matinal. Neste pequeno e pacato lugar chamado Sambaqui, bairro com tradição de preservar com muito suor suas raízes culturais e históricas, eis que surge próximo à costa o que poderia chamar-se de uma “morada” no mar.

A princípio, como tudo que é novo e diferente, veio à tona um sentimento de espanto e admiração. “Puxa! Fizeram uma casa no mar! Que barato!” Logo mais adiante começaram, aliados à surpresa inicial, uma série de interrogações quanto à natureza da casa de madeira “...pois é, mais imagina se um monte de gente resolve construir no mar...é um negócio prá lá de esquisito....há quem resolva construir até hotel ou restaurante, já pensou como vai ficar Sambaqui...uma favela no mar, com nome de rua e tudo...”.

Desta maneira a comunidade despertou para o perigo que aquele pequeno casebre de madeira poderia representar. Além disto, a vista ao invés de acostumar-se ao inusitado, passou a incomodar-se com a paisagem, outrora cartão postal de Florianópolis, agora “estorvada” pelo medíocre barraco.

A comunidade aturdida e em meio há opiniões diversas e pensamentos desconexos, acaba se organizando em torno de uma Assembléia de Bairro chamada pela As-

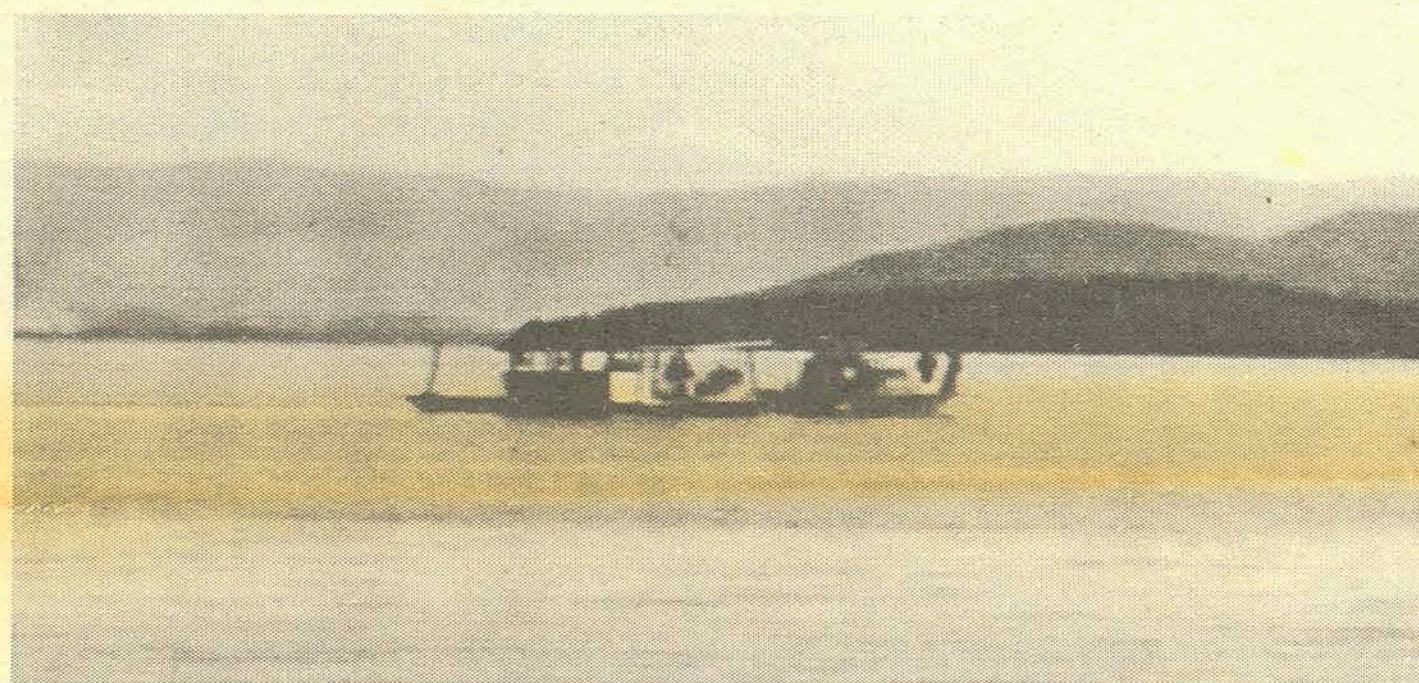
sociação. Pelo menos quarenta pessoas lá estavam presentes. Fêz-se um documento para ser entregue às autoridades competentes - ou nem tanto, para que o problema do já ridículo e incômodo barraco fosse resolvido. Também, desta data em diante, fica claro que o ponto central que parecia no momento ser a possibilidade de favelização do mar, vai muito além disto.

Desde já, e talvez de muito tempo, o debate acerca da maricultura toma acento nas vendas, nos bingos, nas festas populares e nos lares. Somente duas dificuldades haviam de ser suplantadas, a de transformar as milhares de opiniões sobre o assunto em vontade de concretizar e ir à rua, pois a Segunda e talvez maior dificuldade, parecia ser levar estes ainda murmúrios, aos ou-

vidos roucos das autoridades competentes - ou nem tanto.

Depois de muita labuta, Atos comunitários em frente ao “barraco” e no Calçadão, horas perdidas - ou ganhas, pintando faixas, colando cartazes, passando em combe de som, abaixo-assinado, contato com a imprensa, Audiência Pública na Câmara de Vereadores por iniciativa do Vereador Nildão com todos os órgãos competentes - ou nem tanto, enfim, a comunidade pôde dar um suspiro de alívio quando naquela tarde do final de junho, assistiu ao “barraco” da maricultura do Sr. Nelson ser removido pelo barco da marinha.

Quanto Sacrifício, hem! Mas aparentemente um final feliz! E esperamos, sem acreditar muito em contos de fadas, que seja para todo o sempre! E fica para nós, moradores de Sambaqui e região, escrito nas linhas desta quase fábula, a lembrança de um antigo ditado: “...Comunidade Unida, Jamais Será Vencida...”.



História de um Barco Flutuante

Por Avelino Alcebíades Alves

No Bairro de Sambaqui,
Em sua bela baía,
Instalou-se o inusitado
Símbolo da anarquia,
Como se o Município
Sofresse de acefalia
Um barraco-flutuante
Ancorado à revelia,
Contrariando os preceitos
De qualquer democracia,
Ninguém na Comunidade
Da safadeza sabia.
O povo da região
Pressuroso denuncia
Ao órgão competente
Que é a capitania,
Que tentou tirar o troço,
Faltou tecnologia.
Tiraram as tábuas de fora,
Tinha tanta porcaria
Pendurada no telhado
Que até então não se via,
Balançando com o vento
Numa macabra orgia.
O Mané faz cara feia
Como se sentisse azia:
“Ostra é bom, eu confesso,
Dessa forma não queria,
Prefiro o mar que eu tinha
Antes dessa estrepolia”.
“Oh! Que saudade que eu tenho,
Como o poeta escrevia,
De olhar o sol poente
Que minh’alma extasia,
Sem esse monstro umbralino
A frente da poesia”.
Mas lá estava o barraco
Bisonho à luz do dia,
Desafiando os protestos
Na margem da rodovia.
Oh! Povo de Sambaqui
Cadê tua valentia?
Porém numa bela tarde,
Esperança e alegria,
Acercou-se do barraco
De novo a Capitania,
Com seus bravos Marujos
Usando da Lei a valia.
Sem peias soltam as amarras,
O grilhão se rompia
Libertando o não grato
Concedendo-lhe alforria,
Erradicando a mazela,
Sucesso na cirurgia.
Rumo ao ignorado
Onde não tem serventia,
O malfadado barraco
Enfim desaparecia,
Assim foi a solução
Dessa causa doentia.
O Mané abre um sorriso
Como há muito não sorria
E com certa ansiedade
Aos céus agradecia:
Até que enfim o retorno
A antiga bizarria.

SORRIA

Dr. Juliano Zanin Ferreira
Fone: (48) 235.2989

Rod. Nílta Franzoni Viegas, 200

Dr. Juliano Zanin Ferreira
Cirurgião Dentista
CRO/SC 5113

Fone 235-2989
Celular 9992-2239

Rod. Nílta Franzoni Viegas, 200 - Loja 6
Santo Antônio de Lisboa

Restinga
Bar do Dandão

Trapiche e
cultivo próprio
de ostras e
mariscos

Restaurante
Frutos do Mar a beira mar

- Rizoto de frutos do Mar
- Famosa Muqueca Mista
- Caldeirada

Rua Geral de Sambaqui, 2759 - Próximo a Ponta do
Sambaqui - fone 235-2093

Bar e Restaurante

Posto da Alfândega

Pratos Típicos - Sequência de Camarão
Camarão na Moranga - Arroz à Sambaqui

Ponta de Sambaqui - Fone 335-0179

Maricultura na ordem do dia

O que assistimos em Sambaqui nos últimos tempos, pode-se dizer que é consequência de uma política inconsequente. Trocando em miúdos. Primeiro chega a Universidade com um projeto de extensão muito bonito visando auxiliar o pescador artesanal na sua luta cotidiana pela sobrevivência, qual seja, o projeto da maricultura. Cria um laboratório experimental em Sambaqui e daí pra frente conhecemos a sequência de implantação de áreas para cultivo dos moluscos em nossa costa.

Ora, dizem que a comunidade foi consultada e que aceitou o projeto. É bem verdade, o projeto do jeito que se apresentava até então: como fonte de renda subsidiária ao pescador artesanal. Mas o que temos visto, pouco tem a ver com este projeto. O que temos assistido, são empresários ávidos por lucro, sem qualquer respeito pela história e cultura da comunidade, se instalando e fazendo o que bem entendem.

Quando interrogamos o porque de não vermos o pescador artesanal nesta atividade, respondem que é porque estes não quiseram, não se interessaram. Dizem que para pleitear uma área de cultivo, o pescador tem que antes fazer um curso na EPAGRI. Mas, porque este curso não é oferecido na comunidade? Por falta de espaço não é.

Parece-nos que faltou despertar o interesse do pescador para a atividade. Além do mais, não foi criado nenhum mecanismo de financiamento especial para o pescador, que sem recursos, se vê definitivamente alijado deste processo. Para instalar uma pequena área, seriam gastos em torno de oito mil reais.

Por que os que vêm de fora ganham as áreas com tanta facilidade ao passo que os pescadores lo-

cais ficam a ver navios? Por que estas áreas de passagem de embarcações são tão próximas da costa? Porque não é feito nenhum (Relatório de Impacto Ambiental? Afinal a semente destas ostras de cultivo vieram do Japão.

Foi feito algum estudo sobre o impacto ambiental que estes moluscos de outros oceanos poderiam causar em nossa baía? Quanto aos resíduos, cascas, etc, pois nas cascas das ostras e mariscos grudam-se uma infinidade de parasitas. Não se poderia inclusive estar criando algo nocivo para o futuro de nossos mares?

Acreditamos que sejam necessários muitos estudos antes que se diga que a implantação destes cultivos não prejudica nossa flora e fauna marinha. Se existem já estes estudos, sugerimos que sejam apresentados à comunidade e que as autoridades e estudiosos do assunto facilitem o acesso às informações, ao invés de nos receberem, algumas vezes com cara feia.

E ao invés de correrem atrás do canto da sereia do negócio fácil, os maricultores residentes na comunidade, devem compreender que o que se deseja não é o extermínio da atividade, mas sim, uma regulamentação justa e equivalente aos anseios da comunidade e da vocação turística de nossa região.

Assim, neste número de "A Ponta" dedicamos boa parte do espaço a discussão sobre a maricultura e procuramos colocar todos os dados de que dispomos sobre o assunto, para que a comunidade possa opinar e participar com mais esclarecimento. A todos os colaboradores e anunciantes deste número, nossos sinceros agradecimentos. Janete Gomes

Coordenadoria de Imprensa da Associação do Bairro Sambaqui

ABS está de olho nas plataformas

A Associação do Bairro de Sambaqui participou furtivamente de uma reunião na marinha que tratou sobre a padronização de plataformas de manejo para região de Florianópolis. Na ocasião expressamos o desejo CONTRÁRIO à instalação destas "embarcações" sem o debate com a comunidade sobre o mapeamento de áreas entre outras coisas, proposta aceita imediatamente pelo representante da EPAGRI e constante em ata.

Quando do fechamento desta edição, presenciemos a construção de mais uma plataforma na praia dos Ranchos que até a veiculação deste número de "A Ponta" poderá, contradizendo todas as possibilidades de conversação e respeito por parte dos Órgãos Públicos, já estar localizada em algum cultivo no mar. Padronizada e licenciada pela marinha. até onde pode chegar o desrespeito ao cidadão de Sambaqui?

Bloco da Murcilha

Num verdadeiro esquentão, na casa do Cajú, fundou-se, no mês de fevereiro, em pleno carnaval, o Bloco da Murcilha. A festança foi o dia inteiro, em meio a muita farra.

Os foliões reunidos na chamada Assembléia Cachaça Constituinte, nomearam assim a primeira diretoria, democraticamente eleita: Presidente: Luciano Pires, Tesoureiro: Edinho e Diretor Social: Márcio. Nesta ocasião, foram consumidos 230 litros de Chopp Alemão e degustado um leitão de 120 kg, acompanhado de muita murcilha.

Fizeram parte da festança os seguintes foliões: Djalma, Sérgio, Edi-

nho, Vladimir, Luciano Kroth, Márcio, Cajuzinho, Luciano Pires, Aquiles, Samuel, André, Dandão, Pinto, Daniel, Adriano, Manoel dos Santos, Cajú, Gi, Asa Branca, Cabeção, Marcelo Rocha, Reinildo, Nildão, Cleber, Clóvis e outros que por lá passaram.

Para o carnaval de 2003 a diretoria e associados prometem muita folia, muito chopp, um delicioso leitão e murcilha a rodo. Prometem ainda a confecção de uma camiseta, com a possibilidade de um desfile pelas ruas de Sambaqui. Quem viver, verá.

Vladimir Campos Gomes - integrante do grupo

Olha o caminho do lixo

Os serviços de coleta do lixo em nossa comunidade acontecem da seguinte forma: Coleta normal - segundas, quartas e sextas à tarde. Coleta de lixo reciclável - nas quintas-feiras.

Oficina de Teatro

Inicia dia 14 de agosto, sempre as quartas-feiras das 20 às 22 horas no Casarão com o professor Rogério Alexandre da Fundação Catarinense de Cultura. A partir de 13 anos. Tratar fone 335-0031.

Agradecimento

A ABS agradece o empenho dos pedreiros Cabação e Dido nas obras de reforma do anexo do Casarão e também da churrasqueira na parte de trás do Casarão. A ABS agradece ainda ao senhor Caio pelas telhas gentilmente cedidas para as reformas. Agradecemos ao Sr. Roldão pela doação de um fogão industrial de duas bocas.

Feira de artes da Ponta

Prestigie os artesãos locais que estão de parabéns pela iniciativa de organizar a feira de artes que acontece todos os domingos a partir das 12:00 horas. Informações fone 335-0031

Expediente

Informativo da Associação do Bairro de Sambaqui
Jornalista Responsável Josemar Sehnem SC 813 -JP)
Impressão Gráfica Rio Sul tiragem 1.000 exemplares

autoplacas

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS LTDA

Bronze, esmaltadas, sinalização de trânsito, numeração de patrimônio, gravadas, com vinil em pvc e acrílico, banners, faixas, medalhas e troféus

Fone 224-0068

R. Araújo Figueiredo, 69, lj. 03, Centro, Florianópolis SC
e-mail autoplacas@intergate.com.br



Agropecuária Santo Antônio

SC 40, km 9/ 9040 -Tunel St. Antônio de Lisboa

Vacinamos seu cão em casa

Tele entrega - 235-2219

Prestigie nossos anunciantes

São eles que garantem um jornal para o nosso Bairro

Anuncie pelo fone 335-0031

De portas Abertas

De Alfândega a reduto da resistência pela preservação da qualidade de vida da comunidade, o Casarão da Ponta do Sambaqui abre portas e janelas para a arte e a cultura.

Por Raul Longo

Por ordem imperial se mandou construir numa remota localidade do município de nossa Senhora do Desterro, o Posto Fiscal de Sambaqui de Santa Catarina. E assim, em 1854, pela primeira vez abriram-se, par em par, as portas e gelosias do Casarão da Ponta.

Na época o povo deu-lhe outro nome: era a Casa da Alfândega. Os navios avistados ao largo do canal da Baía Norte deviam reduzir o vapor de suas caldeiras, até serem alcançados pelo escaler do Posto. Depois de fiscalizadas as mercadorias transportadas, o escaler retornava ao trapiche construído bem à frente do Casarão.

Enquanto os navios prosseguiram para a sede da Província, até à Alfândega ao lado do Mercado Municipal, 2 marinheiros e 3 guardas responsáveis pelo Posto Fiscal, revezavam-se mantendo as portas e janelas do Casarão abertas 24 horas por dia.

Em 1889, um certo Deodoro da Fonseca tirou o Imperador do trono e se proclamou o primeiro presidente da República do Brasil. Mas, embora criada por ordem e graça de Sua Majestade, o Dom Pedro II, para a Casa da Alfândega o fato não teve muita relevância. Mesmo por-



que, naqueles tempos, a Corte no Rio de Janeiro ficava muito... muito longe.

E os guardas e marinheiros continuaram mantendo as portas da Casa abertas até completarem exatos 110 anos quando, em 1964, outros militares novamente tomaram o poder no país. Coincidência ou não, o porto de Florianópolis foi desativado e as atividades do Posto Fiscal de Sambaqui, encerradas. Fecharam o Casarão da Ponta.

Como se não bastasse a melancolia do trapiche apodrecendo pelo desuso e a tristeza das portas e janelas cerradas pelo abandono e esquecimento, ainda o transformaram em arquivo morto da Receita Federal. O Casarão virou cemitério de documentos insípidos que se emboloravam na umidade daqueles tempos de pouca luz.

Felizmente novos ventos farfalharam as palmeiras do país no final dos anos

80 e, na força daquele sopro, a Comunidade do Sambaqui abriu novamente as portas do Casarão para sediar a Associação do Bairro, criada pelos moradores que formavam o Grupo de Defesa da Ponta do Sambaqui. Outras instituições também o pleiteavam, mas nossos vizinhos se mobilizaram, se organizaram e se responsabilizaram por esse direito para toda a comunidade.

A partir de então, a Casa assumiu a função primordial de abrigar aqueles que nela se reúnem para traçar planos e projetos em defesa e benefício de todos os que aqui nasceram, ou que vindos de outros bairros, outras cidades, outros estados e outros países, elegeram o Sambaqui como lugar para viver e fazer viver seus filhos, construindo suas casas ao longo dos caminhos aos quais aquela construção de 1854 deu início.

Não há mais navios para serem vistórios pelo antigo Posto da Alfândega, mas o Casarão da Ponta continua sendo o farol de vigília da Comunidade pela preservação da nossa qualidade de vida. Independentemente se aqui nascido, ou vindo de onde seja, cada um de nós deve render o truno daqueles dois marinheiros e dos três guardas que, por 110 anos, mantiveram abertas as portas e janelas do nosso Casarão.

Um Memorial de perseverança da comunidade

Ainda há poucos anos, os visitantes que se extasiavam com as belezas naturais que se estendem desde a Freguesia de Santo Antônio de Lisboa até o final da antiga Estrada Geral do Sambaqui, lamentavam, com razão, o estado físico do nosso Casarão da Ponta.

Apesar de tombado como patrimônio histórico, raríssimas vezes o Casarão recebeu algum apoio de órgãos públicos ou privados e sua manutenção, desde que concedido ao uso da Associação do Bairro de Sambaqui, deve-se aos esforços desta Associação que, através de fundos arrecadados em eventos comunitários como o "Não Deixe a Casa Cair", realizado em 1996, e a Gincaponta que atrai jovens participantes de outros estados e até de outros países, como Patrícia Meier de Stuttgart na Alemanha, que programa suas visitas anuais aos familiares residentes no Sambaqui para o mês de janeiro, aproveitando a realização dos jogos e brincadeiras culturais da gincana.

Um trabalho voluntário dependente das disponibilidades pessoais de tempo e recursos daqueles que momentaneamente ocupam os cargos diretivos da entidade, democraticamente substituídos em períodos definidos estatutariamente. Circunstância essa que provoca certa irregularidade nos esforços de preserva-

ção da integridade física não apenas daquela casa, mas de toda a localidade que, por seus potenciais naturais, está sempre atraindo o interesse de pessoas nem tanto comprometidas com a qualidade de vida daqueles que aqui residem cotidianamente. Assim, infelizmente, os moradores do Sambaqui presenciam uma gradual degradação provocada por especuladores, invasores temporários ou permanentes de áreas públicas e empreendedores de atividades econômicas agressivas ao controle ambiental e paisagístico, sem qualquer medida coibitiva ou, ao menos, controladora por parte das autoridades públicas.

No entanto, entendem os moradores do Sambaqui que esse processo, ocorrendo em quais quer das tantas belas localidades da Ilha de Santa Catarina, provoca prejuízos à população do município como um todo, na medida em que sua principal fonte de recursos é o turismo e que nosso diferencial em relação aos inúmeros paraísos litorâneos dos 6 mil km brasileiros de costa atlântica, é a diversidade que encerramos em uma única ilha. Por esse raciocínio elementar e por uma sensibilidade motivada pela beleza do local, é que a Comunidade do Sambaqui, formada por nativos, brasileiros de diversas origens e inúmeros moradores pro-

vindos de outros países, se faz comentada em toda a Ilha pela resistência e perseverança daqueles que, desde 1987, vêm transformando o Casarão da Ponta em Memorial da Cultura, da Arte e do senso comunitário ilha.

Nesse sentido, as últimas gestões da ABS vêm repetindo os esforços de seus idealizadores, resgatando manifestações da cultura popular, divulgando seus artistas exponenciais, desenvolvendo cursos para a expressão da criatividade dos moradores, incentivando o desenvolvimento de um turismo não predatório e promovendo atividades que congracem a comunidade em torno de ideais de interesse comum em prol da melhoria da qualidade de vida para todos e preservação dos patrimônios naturais e arquitetônicos do bairro, como a manutenção desse nosso ícone o Casarão da Ponta.

Os donos da casa

Desde 1987 o Casarão da Ponta possui um único dono: a Comunidade, que através da Associação do Bairro de Sambaqui se esforça por manter a Casa aberta diariamente promovendo eventos e cursos periódicos e permanentes, como o Curso de Recreação e Lazer efetuado em um único dia (11 de julho) ou da feira

de artesanato aos domingos, nos arredores do Casarão e as periódicas exposições de alunos dos cursos de arte e modelagem (interessados em participar dessas atividades devem contatar Janaína pelo 335-0031 ou Heriberto e Cláudia pelo fone 235-1755).

Para os turistas que o visitam, o Casarão da Ponta agora pode, orgulhosamente, apresentar não apenas a arte e a cultura do Sambaqui, mas inclusive a criatividade de outras comunidades da Ilha de Santa Catarina e mesmo de outras regiões do país.

Muito melhor que isso, podemos oferecer a nós mesmos, os donos da casa, a oportunidade de encontrarmos-nos por interesses comuns e relativos a cada morador, seja por um desenvolvimento pessoal, seja por reivindicações provocadas pelo sistemático e inexplicável desinteresse da municipalidade, seja por ações contra a degradação do nosso meio ambiente, ou pela melhoria das condições de vida de todos aqueles que elegeram o Sambaqui para viver, por amor à sua tranquilidade, à sua beleza ímpar, à simplicidade de seus costumes e sua cultura nativa, ou pelo respeito humano da convivência de sua gente. Nossa Casa está de portas abertas e esperando cada concidadão para tomar posse de tudo o que hoje ela tem a nos oferecer.

Visótica

Pesquise nossos preços

Rua dos Ilhéus, 49 centro - florianópolis

**Montagem
em
meia hora**


PITANGUEIRAS
RESTAURANTE

**Frutos do Mar em
frente ao Mar**

Fone 335-0398

Ponta de Sambaqui, 2861

Atitude Predatória, Poder Público complacente

Por Marcelo A.C. Richard

A maricultura tem se revelado uma importante atividade produtiva em nosso cenário econômico, merecendo especial atenção e estímulo dos governos municipal, estadual e federal. A facilitação da atividade é justificável, se continuarmos a considerá-la (obliquamente) como uma “alternativa de renda para o excluído pescador poder alimentar sua família carente”. Esse foi o mote inicial da atividade, mas, a bem da verdade, não é bem assim que a “coisa” vem se desenrolando: pelo menos aqui na Ilha de Santa Catarina.

O que vemos é o “avanço” de alguns empresários, de variada origem, que vislumbram a lucratividade de um mercado promissor, aliada à complacência regulamentadora e fiscalizatória do poder público. Os beneficiários não são mais só os “pobres pescadores excluídos”. Estamos assistindo ao início de uma desmedida privatização do Mar, bem público de uso comum do povo brasileiro. Nesse ponto o assunto é delicado, pois é ténue e de difícil visualização o limite entre os verdadeiros pescadores efetivamente moradores do lugar, a quem se deve estimular, e os empresários que com sua volúpia lucrativa tem comprometido o ambiente natural privilegiado com que fomos aquinhoados.

Inexplicavelmente, a legislação brasileira pertinente é bem exigente, dispondo trâmites prévios a serem trilhados, pareceres e licenças ambientais previamente exigidos, autorizações e concessões a serem previamente obtidas. Porém, talvez em virtude do deliberadamente propagandeado “apelo social” da atividade (a falaciosa cantilena “pobre pescador carente”), o poder público parece fazer vista grossa ao descumprimento legal e às mazelas ambientais decorrentes. Parece que se institucionalizou o “primeiro faça, depois peça licença”.

Inverteu-se o processo, em detrimento da preocupação ambiental: ou será que a paisagem não integra mais o ambiente natural a ser preservado? Infelizmente, parece que a paisagem natural não é a mais importante variável nesse processo, mesmo em se tratando de um lugar eminente e exclusivamente turístico, como a Ilha de Santa Catarina.

Por que não se impõe a localização dos cultivos em áreas sem concentração urbana, onde o impacto visual poderia ser desconsiderado? Por que não determinar, por exemplo, que o cultivo só será permitido em áreas específicas, sinalizadas e cartografadas, no meio das baías norte e sul, da Ilha, longe da vista dos demais moradores e dos turistas que procuram o nosso visual paradisíaco? A resposta é conhecida: “é que a distância acresceria custo à atividade”.

Ora, a distância é um componente de custo em qualquer ramo da atividade produtiva humana. Por que o injustificável “benefício” ao empresário maricultor, ainda mais em gritante afronta à paisagem natural que

é de todos? Os próprios maricultores confirmam (publicado no Informativo nº 18, da Amsal): na França “não é utilizado o sistema de fundeio permanente de embarcações” nas áreas de cultivo. Em recente viagem os “pescadores”, tiraram fotos das embarcações por lá utilizadas para acessarem os distantes cultivos. Lá, o cultivo é distante e proibem a permanência de embarcações. Aqui, permitem até “casas-flutuantes” afixadas a 50 metros da praia.

Aqui, somos obrigados a ouvir de um mal educado empresário, o “dono” da “casa-flutuante” de Sambaqui (entrevistado ao vivo no programa televisivo César Souza), que só nessa “merda de lugar” que escolheu morar, para acontecer igual e generalizada reclamação comunitária. Realmente, só mesmo uma secular síndrome “quintomundista”, pode justificar a incrível passividade deste “lugar”.

Felizmente aflorou a consciência crítica da Comunidade de Sambaqui, que através da Associação do Bairro de Sambaqui – ABS, fez (e deve continuar fazendo) a reverberação do veemente protesto comunitário, que deveria ser o de cidadãos, o de um município, o de um estado e o de um país, ciosos da preservação paisagístico-ambiental. Num primeiro momento voltaram-se as baterias contra aquelas absurdas “casas-flutuantes” de Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa. Por iniciativa exclusiva da Capitania dos Portos de Santa Catarina – CPSC fomos parcialmente ouvidos, na medida em que a “casa-flutuante” de Sambaqui foi apreendida e levada a reboque. Ainda restam as de Santo Antônio de Lisboa e da Ponta de Sambaqui.

A CPSC convocou uma reunião para o dia 10, com a participação das entidades representativas dos empresários maricultores, da EPAGRI, do EMAPA, da UFSC, do IPUF, do IBAMA e de outros órgãos públicos, objetivando a determinação do tipo de “equipamentos” de uso permitido nas áreas de cultivo. Estranhamente, a Associação do Bairro de Sambaqui não foi convidada a participar.

Só lhe resta democraticamente “botar a boca no trombone”, esperando ardentemente que a “guerrilha eletrônica” sensibilize, pelo menos a UFSC, o IPUF/PMF e o IBAMA, de quem se deve esperar um mínimo de preocupação paisagístico-ambiental, de que o que se deve discutir e a localização dos cultivos. E neste segundo momento, é quando devemos insistir na revisão da localização dos cultivos. Não podemos aceitar que nosso patrimônio paisagístico seja borrado em nome do interesse empresarial de alguns.

Estranho, também, é ver a Associação do Bairro de Sambaqui – ABS sozinha nessa quixotesca luta e o omissivo silêncio de outros entes civis, comunitários ou não, esportivos, talvez (E aí, Iate Clube de Santa Catarina, Federação de Vela e Motor de Santa Catarina, Família Schürmann, Ong’s, tudo bem?). Igualmente estranho, é constatar que a “grande imprensa catarinense” (com o perdão da

valorosa concorrência), tem se limitado a lconicamente noticiar fatos, quando a seriedade do assunto mereceria um firme posicionamento editorial.

Preocupada com a emblemática declaração oficial da representante do Ministério da Agricultura, presente à reunião da Câmara dos Vereadores, de que em todo o Estado de Santa Catarina somente 05 maricultores haviam solicitado a legal cessão de uso para a exploração da atividade e, destes, nenhum ainda havia sido autorizado ou deferido, e com a clara perspectiva da degradação de nosso patrimônio paisagístico-ambiental, a ABS procurou se inteirar da legislação brasileira afim (aqui cultura/maricultura). Surpresa constatou a possibilidade de que, pela maneira apressada e desregrada com que a atividade está se desenvolvendo por aqui, vários dispositivos legais do ordenamento jurídico nacional, sejam constitucionais ou de níveis hierarquicamente inferiores, estejam sendo afrontados, como demonstramos no resumo da legislação que está no box ao lado.

Ante o considerado, a ABS, legítima representante comunitária, informa (quando, por lei, deveria ter sido convocada) seu interesse em participar da discussão visando à regulamentação da atividade maricultura, no que tange à preservação da paisagem natural do ambiente local, restando à inteira disposição para quando o poder público, através dos órgãos diretamente envolvidos, reputar conveniente atender ao ditame da Lei Federal 9.433/97, já apontado.

Finalizando, entende-se necessário ressaltar que não se visa à maricultura, em si. É-se amplamente favorável à atividade. Mas sua expansão é evidente, como também o são e serão os problemas decorrentes. Temos que ter a clarevidência do futuro que nos reservará a nossa atual omissão, enquanto o problema é pequeno e a intervenção ainda possa salvar o nosso paciente Mar. (Documento enviado a todos os órgãos públicos relacionados a maricultura).

Proximas ações da ABS com relação a maricultura

- Encaminhar documento ao IPUF, abordando a importância de uma discussão à parte no que tange às decisões sobre áreas de maricultura para o novo Plano Diretor.

- Encaminhar este jornal a todos os órgãos públicos, para que tomem conhecimento do intenso debate que tem se travado em nossa Comunidade sobre a maricultura.

- Pedido ao Ministério da Agricultura da lista de maricultores legalmente habilitados para posterior instauração de processo junto a Procuradoria da União.

- Reunião com a EPAGRI para debater o mapeamento das áreas cultiváveis.

- Assembléia no dia 20 de agosto, no Casarão da ABS, com convite para participação aos órgãos públicos, terça-feira, às 20:00 horas.

Entrevista com a Epagri

Durante audiência pública Câmara de Vereadores no mês de maio, provocada pela instalação de uma casa com telhado, porta e janela no mar, há menos de 50 metros da praia, o Sr. Alex, técnico da EPAGRI, representando o EMAPA (Escritório Municipal de Agricultura e Pesca), afirmou que no Sambaqui “só tem marajás” e que por essa razão a comunidade seria contra a maricultura.

Essa tônica de discurso além de trazer tristes lembranças para todo o Brasil, reportando-nos a quando se elegeu à Presidência um dos maiores desastres da história política do país, é totalmente desviada ou alheia à realidade, pois Sambaqui é uma tradicional comunidade de pescadores, que desde o início das atividades de maricultura ao longo de suas praias e costas, tem-se mostrado receptiva à atividade de maricultura, enquanto esta atividade não vinha intervindo com as demais vocações da comunidade (pesca artesanal, turismo) pesquisadas no laboratório de Moluscos Marinhos da UFSC, que veio a ocupar o prédio da Colônia de Pescadores, na Ponta de Sambaqui.

Afrontada pela instalação da casa flutuante por um advogado do Mato Grosso, que se pronunciou no Programa do César Souza, ofendendo a cidade e a população de Florianópolis com palavras de baixo calão, a comunidade do Sambaqui manifestou-se através de sua entidade representativa, a ABS, contra esse início de favelização da Baía Norte. Apesar da remoção da “casa”, ainda preocupados com a degradação paisagística do Bairro, que se destaca como pólo gastronômico e de atração turística, o jornal “A Ponta” entrevistou o Sr. Francisco Manoel de Oliveira Neto, da EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

A Ponta – Esclareça quais são os objetivos e critérios para o desenvolvimento da maricultura.

Francisco M. de Oliveira Neto

– Na verdade é uma atividade recente em SC. Pouco mais de dez anos. Iniciamos na década de 90. E a prioridade é para as populações tradicionais pesqueiras. Para a parte inicial do processo, que é o estabelecimento de áreas para cultivo, demarcamos as áreas aquícolas observando alguns parâmetros exigidos pelo Ministério da Marinha, da Agricultura e do Meio Ambiente. E os exigidos pela própria comunidade que são as atividades já existentes, que é o setor turístico, o setor de pesca tradicional e a parte de esporte e lazer. A partir daí é montado um processo submetido à Prefeitura Municipal que o declara em consonância ou não com o Plano Diretor do Município.

AP – Existe algum modelo base de algum país ou região com maior experiência em produção de molusco, ou é bem original o sistema definido por vocês?

Francisco – Procuramos buscar experiências em países com muito mais tradição do que o Brasil. Estivemos agora recentemente na França, que há mais de cem anos desenvolve o cultivo. Estivemos na Espanha. Na Espanha produzem 300 mil toneladas de mexilhões, em cinco baías na Região da Gália.

AP – E a distância da praia em que se desenvolvem esses cultivos, é a mesma que a nossa?

Francisco – Eles não têm tanta resistência porque é uma atividade já muito mais tradicional e bem empresarial. A nossa é muito de

economia familiar. Mas a deles também é de baía, de costeira. Porto de Vigo, por exemplo, é um porto tradicionalmente turístico, de transporte de carga e também tem maricultura. O que a gente quer é o uso compartilhado e harmônico. Sem conflito. Por exemplo, na França saímos num barco turístico e eles nos demonstraram toda a atividade da maricultura: como se lava a ostra, como se produz. Ou seja: a maricultura integrando o turismo. O que não pode acontecer é conflitar. É isso que tentamos buscar: um espaço harmônico.

AP – Há mais de dez anos se desenvolve a maricultura na Baía Norte, sem a utilização de plataformas. Por que a partir de agora são utilizadas? Elas são realmente necessárias para o desenvolvimento da atividade?

Francisco – Na verdade, as plataformas de manejo são necessárias em determinados casos, em outros casos não são necessárias. Pessoas que possuem infraestrutura em terra, próxima ao cultivo, não têm necessidade de plataformas de manejo. Outras que não possuem, já necessitam desse tipo de estrutura. A plataforma de manejo vem aliviar muito a mão-de-obra. Mas estamos discutindo com a Capitania dos Portos sobre modelos padrões para cada município e localização dessas plataformas. Porque o que é bom para São Francisco ou Governador Celso Ramos, pode não ser bom para Florianópolis, ou vice-versa. Portanto, cada município e cada parque aquícola deverá definir seu modelo de estrutura de apoio.

AP – E sobre a questão da poluição resultante das cascas que são jogadas na água? Existe algum estudo de impacto ambiental em relação à maricultura? Visto que as ostras utilizadas não são originárias do Brasil?

Francisco – No Canadá há uma legislação obrigando que um percentual das “cascas” voltem para o mar para que haja uma reconstituição do cálcio em função das grandes áreas de cultivo. Portanto, esse resíduo proveniente do manejo não é preocupante. Quanto à ostra do Pacífico, já difundida em todo o mundo, inclusive na Costa Atlântica europeia, sofre um processo de desova, mas não há o processo de fecundação pelas nossas próprias características aquílticas. Por isso se faz necessário a aquisição de sementes em laboratório, garantindo que nunca corram com as espécies nativas.

AP – Está previsto em lei que a comunidade deve participar das definições relativas à maricultura para sua aprovação. Esta conversa com a comunidade nunca foi desenvolvida por parte dos órgãos responsáveis pela maricultura em Florianópolis. O que a EPAGRI pensa sobre isto?

Francisco – Para aprovação das áreas maricultáveis foi consultado, temos por escrito inclusive, a Associação de Maricultores do Norte da Ilha e a Colônia de Pescadores. E sempre procuramos chegar num acordo. As áreas já estão mapeadas pela EPAGRI (mostrou no mapa)...Mas achamos, sim, importante a participação da comunidade e nos colocamos à disposição para futuras conversações.

Legislação relacionada a maricultura

Constituição Federal

Art. 23 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; **Comentário:** A Ponta de Sambaqui, cujo nome fala por si, além de paisagem natural notabilíssima, é um sítio arqueológico cultural e legalmente reconhecido. VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; **Comentário:** A paisagem faz parte do meio ambiente e a degradação visual é uma forma de poluição.

Art. 170 A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI – defesa do meio ambiente;

Art. 180 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Comentário: A degradação visual não é uma atração turística.

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo de prévio impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Decreto nº 2869, de 09/12/98.

Art. 3º A cessão de uso de águas públicas da União, inclusive em áreas e parques aquícolas já delimitados, será concedida a pessoas físicas ou jurídicas, observado o seguinte: § 2º Na cessão de uso de que trata este Decreto, será considerada a multiplicidade de uso da área em questão.

Art. 5º – § 1º A cessão de uso será onerosa e os seus custos fixados mediante licitação pública, quando se registrar situação de competição.

Art. 6º Nas cessões de uso de águas públicas da União serão fixados os seguintes prazos, contados a partir da assinatura dos respectivos instrumentos de cessão:

I – até seis meses para:

a) conclusão de todo o sistema de sinalização náutica prevista para a área cedida;

II – até três anos para a conclusão da implan-

tação do empreendimento projetado; Art. 8º A ocupação de áreas sem a competente autorização, ou a permanência no local por prazo superior ao estabelecido, sujeitará o infrator às cominações legais previstas para os casos de esbulho de áreas públicas de uso comum e às sanções penais e ambientais pertinentes.

Art. 9 – Só será permitida a edificação de moradias, instalações complementares ou adicionais sobre o meio aquítico ou na área terrestre contígua sob domínio da União, assim como a permanência, no local, de quaisquer equipamento, se se tratarem de obras ou providências estritamente indispensáveis, previamente caracterizadas no memorial descritivo do projeto.

Art. 10 Os interessados na exploração da aquícultura em áreas públicas da União deverão apresentar, preliminarmente, pedido de cessão de uso por intermédio do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, nos termos do modelo fornecido por esse Ministério.

Art. 12 – § 1º A manifestação de que trata o caput será acompanhada da respectiva orientação a ser observada na implantação e operação do projeto, relacionada com aspectos ambientais, segurança da navegação e preservação da normalidade do tráfego de embarcações, bem como da documentação a ser apresentada para a formalização do instrumento de cessão de uso de águas públicas da União.

Art. 13 Aprovados os projetos pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, este fornecerá a interessado autorização para exploração da aquícultura, acompanhada de Certidão de Registro da unidade de aquícultura e de documento consolidando as obrigações e orientações a serem observadas pelo aquícultor.

Art. 14 A cessão de uso de águas públicas da União, nos termos deste Decreto, bem assim a regularização de ocupações existentes, será de competência do Ministério da Fazenda.

Comentário: Se ainda não houve nem o pedido, na expressiva maioria dos casos, e a ninguém foi concedida a certidão de registro pelo Ministério da Agricultura, não pode o Ministério da Fazenda conceder a regular cessão de uso das áreas, condição prévia à instalação da atividade, disposta pelo art. 10 acima transcrito.

Art. 18 A sinalização náutica, que obedecerá aos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Marinha, será de inteira responsabilidade do cessionário, ficando a seu cargo o ônus de implantação, manutenção e retirada dos equipamentos.

Art. 20 A criação de parques e suas respectivas áreas aquícolas se dará por ato normativo conjunto dos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento, da Marinha, da Fazenda e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, que definirá seus limites, diretrizes, normas de utilização e estabelecerá sua capacidade de suporte.

Art. 22 – Os empreendimentos aquícolas atualmente instalados em águas públicas da

União, deverão ter requerida a sua regularização na forma prevista neste Decreto, no prazo de um ano, contado da data de sua entrada em vigor.

Leinº 9.433, de 8/01/97

“Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: IV – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. **Comentário:** A lei manda, as comunidades têm que ser ouvidas.

Leinº 7.661, de 16/05/98.

Art. 3º O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNCG deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens: I – recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcs e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, BAÍAS E ENSEADAS; PRAIAS; promontórios, COSTÕES e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas.

Resolução CONAMA nº 01, de 23/0186

A leitura de seu artigo 2º permite dizer que o “licenciamento de atividade modificadora do meio ambiente... como... cultivo de recursos hídricos”, “depende de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da SEMA em caráter supletivo...”

Resolução Conama nº 013, de 06/12/90

O seu artigo 2º dispõe que deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente, qualquer atividade que possa afetar a “biota”, estabelecida num raio de 10 km das Unidades de Conservação. Nesse caso deve-se considerar o raio de exclusão gerado pela “Estação Ecológica dos Carijós”, localizada bem próximo à Ponta de Sambaqui e na região de Cacupé.

Portaria IBAMA nº 113, de 25/11/97

Obriga aos Aquícultores o registro no “Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais”.

Portaria IBAMA nº 136, de 14/10/98

Estabelece normas e relação de documentos exigidos para a obtenção de registro junto ao IBAMA.



Pizzaria Fim de Tarde
- Pizzas e empanadas Argentinas
Agora Também com massa caseira
Tele-entrega 335-0013

Agora Sambaqui tem

FARMÁCIA

Tele entrega
334-4400

Verifica Pressão
Aplica Injeção

Ao lado da Panificadora Pão Daqui

MERCADO SUELY

Qualidade **Promoções** ótimos Preços

Tele entrega 235-2125

Rua Cônego Serpa, 62 - Santo Antônio de Lisboa

Pau de Fita

Contrate o Grupo Folclórico Olaria de Sambaqui pelo fone 232-7766

Preserve nossa Cultura

Escola de futebol do triunfo Futebol Clube

Por Heitor Machado Cordeiro - Coord. de Esportes da ABS

No dia 08 de junho aconteceu no campo do triunfo um jogo amistoso entre nossa escola e a do Inter de Lages, que se apresentou em nossas instalações com cerca de 70 pessoas, sendo a grande maioria crianças.

Foram três jogos. Na categoria pré-mirim (até 11 anos) vencemos por 4 x 0; na mirim (até 13 anos) fomos derrotados por 3 x 2 e na categoria infantil (até 15 anos) perdemos de 4 x 2. Apesar das derrotas em duas categorias, estes jogos foram bem equilibrados e os resultados poderiam ter sido diferentes. Até o final de setembro deveremos fazer o jogo de volta em Lages.

No dia 29.06 foi a vez da Escolinha do Canasvieiras F. C. jogar em nosso campo. Neste amistoso foram quatro partidas e quatro vitórias. Na categoria fraldinha (até 9 anos) 4 x 0; na pré-mirim, 3 x 0; na mirim 2 x 0 e na infantil 6 x 0. Nossos alunos da categoria chupetinha (5 a 7 anos) participaram do jogo da categoria até 9 anos.

Em breve nossa escola estará formando uma turma de futebol feminino. Para meninas com idades entre 7 e 13 anos. Mais informações com o professor Heitor (CREF-3003-G/SC). Fone: 335-0031



moradores do Sambaqui comemorando o penta

Triunfo Futebol Clube

T. F. C. 1 - Na quinta-feira do dia 27 de junho, aconteceu a posse da nova diretoria do Triunfo. Encabeçada pelo presidente Maurício Dutra Meurer, a chapa da situação não teve outra concorrente, assim, foi aclamada vencedora;

T. F. C. 2 - Está sendo construído no Complexo Esportivo do Triunfo um novo vestiário. A área do mesmo passa dos 90 metros quadrados e deve proporcionar muito mais conforto aos atletas do Clube;

T. F. C. 3 - Em agosto o Triunfo completou mais um aniversário (49 anos) e para comemorar o Clube realizou um festival de futebol no dia 4. Foi um verdadeiro clássico AVANTE x TRIUNFO. Parabéns Triunfo!

Campeonato amador do norte da ilha

Organizado pela Comissão de Futebol Amador do Norte da Ilha (COFANI), foi realizado no dia 21 de julho o Campeonato de Futebol Amador mais Manézinho de Florianópolis; Foram oito times de sete bairros diferentes, entre eles estava o nosso Triunfo. Cabe lembrar que o Triunfo sempre usou jogadores de nossa comunidade e neste ano não foi diferente.

Nem IBIS, nem Tabajara

Reforçado com alguns amigos do time da "Rapa", o Papakalantro Futebol e Cana realizou seu primeiro amistoso intermunicipal. O jogo aconteceu numa chácara no interior de Joinville e o adversário foi um time da WEG de Jaraguá do Sul. O placar foi bem dilatado e favorável ao esquadrão Ilhéu.

Como destaques do jogo e festa, podemos citar: A cabeçada invésada do Djalma Lúcio, o camarada que não tomou banho no vestiário com a turma com medo de micoses, o espetáculo pirotécnico do Ederson na churrasqueira e o cabelo do Aquiles (Leuzinho).

Curiosidades

-No corpo dos seres humanos existem cerca de 600 músculos. Numa pequena lagarta esse número pode chegar a 2000.

-Tu certamente já ouviste dizer que, se um gato for solto de certa altura de cabeça para baixo, ele consegue chegar ao solo apoiado sobre as patas. Pois bem, isso realmente ocorre e só é possível graças ao eficiente sistema de equilíbrio do animal, que detecta e corrige a posição durante a queda.

-Algumas vezes, cianobactérias, pertencentes ao gênero Trichodesmium, proliferam abundantemente. Estes organismos, de coloração vermelha, formam o conhecido Mar Vermelho, localizado entre o Mar Mediterrâneo e o Canal de Suez.

-A espécie de fungo Claviceps purpurea é um ascomiceto que ataca o centeio, produzindo uma doença conhecida como "espório de centeio". Desse fungo isolou-se um alcalóide de nome "ergotamina", a partir do qual é preparado o L S D (dietilamida do ácido lisérgico). Essa substância teve suas propriedades alucinógenas descobertas acidentalmente pelo médico suíço Albert Hoffman, em abril de 1943. Trabalhando com o L S D, o médico começou a se sentir zozinho e a experimentar fantasias de intenso brilho e cor, quadro que desapareceu somente depois de 2 horas. O L S D é considerado o mais potente alucinógeno até hoje descoberto, agindo diretamente sobre o cérebro, provocan-

do alucinações que podem levar o indivíduo a cometer homicídios e suicídio.

-A produção da teia pelas aranhas está a cargo de um grupo de glândulas localizadas na região posterior do abdome, as chamadas "Glândulas de Seda, Fiandeiras ou Glândulas Sericígenas". A seda inicialmente líquida atravessa os orifícios dessas glândulas e, em contato com o ar torna-se um cristal líquido para depois endurecer e dar origem a um dos materiais mais leves, duráveis e resistentes de que se tem notícia. A tentativa do homem de produzir em laboratório substâncias com propriedades semelhantes levou à criação de um tipo de fibra bastante utilizada atualmente: o Kevlar.

-Qual a diferença entre remédio e veneno? Segundo as tendências atuais dentro da medicina, essa diferença está na dose. Prova disso é o trabalho desenvolvido por pesquisadores do Centro de Estudos de Venenos de Animais Peçonhentos da UNESP de Botucatu. Usando veneno de Crotalus (cascavel) e Bothrops (jararaca, jaracuçú e urutu) em concentrações 10 mil vezes menores que as inoculadas em uma picada, os pesquisadores constataram drásticas reduções no crescimento de um tipo de câncer que se desenvolve em glândulas mamárias de camundongos. Os testes ainda revelam que os resultados são muito mais satisfatórios quando o veneno usado é o Bothrops.

Alerta: Fique de Olho

Por Glaucinei Marcos Trevisol - Agente de Orientação e Fiscalização - CREF 2320/G-SC)

A Educação Física é um importante fator na vida das pessoas. E para que ela possa efetivamente possibilitar à sociedade os seus devidos valores e benefícios, ela deve ser ministrada por profissionais formados em Educação Física, os quais possuem os devidos conhecimentos técnicos, científicos, didáticos e pedagógicos para a devida aplicabilidade.

Educação Física é profissão regulamentada e serve para atender as demandas sociais referentes a atividades físicas, nas suas diferentes manifestações (musculação, ginástica, dança, capoeira, desportos,) contribuindo para a conquista de um estilo de vida mais ativo e saudável aos seres humanos.

Os Conselhos Regionais e Federal de Educação Física foram cria-

dos pela Lei n. 9696/98, possuem funções de orientar e fiscalizar o exercício profissional e atuam com o compromisso de valorizar os seus profissionais, para que assim possam contribuir na formação de uma sociedade cada vez melhor.

Vale lembrar que, a Universidade forma o profissional, mas é o seu respectivo Conselho de classe que o habilita a exercer a função, no caso da Medicina é o CRM, na Advocacia é a OAB, no caso da Educação Física é o CREF.

No ramo da atividade física, realizada de forma regular e sistematizada, deve-se sempre procurar um profissional formado em Educação Física, para dar a orientação adequada e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida. É um direito seu, o de ser atendido por empresa e profissional registrados no CREF.

MARCON

Areia - Brita - Pedras - Saibro
Aterro - Escavações

Fone - 235 1304
Celular - 9972-4525

Santo Antônio de Lisboa

Programa desenvolvido pela PM ensina a combater drogas

Por Thálion C. G. Mibielli, 10 anos.

O que é Proerd - O Proerd é um Programa que luta contra as drogas e ensina você a dizer não às drogas. Foi desenvolvido pela polícia militar, que envia para as escolas um instrutor para nos ensinar sobre a importância da nossa saúde e a não usar drogas. O nosso instrutor foi o soldado Rampi.

Importância da saúde - A saúde é o bem mais precioso que se tem. Você deve preservá-la, por isso não fume, não beba e não use drogas. Assim sua saúde vai estar preservada. Agora, se você usar estas coisas, você terá problemas de coração, de pulmão, vai morrer mais cedo, pode virar um alcoólatra e ninguém gosta de pessoas alcoólatras, e em geral vai prejudicar sua saúde.

A função do Proerd é explicar a você que as drogas fazem mal. Você, alcoólatra ou drogado deve procurar o programa. As aulas do Proerd nos ensinaram muito sobre não usar drogas e os males que elas nos causam. Foram aulas muito interessantes e gostosas.

As drogas podem causar muitos efeitos colaterais, onde você pode morrer mais cedo, ter problemas de coração e outros problemas de saúde.

Mas o principal é a dependência que você passa a ter das drogas e os problemas sociais, pois você não consegue mais se ajustar à sociedade. Você pode começar a roubar, brigar, matar ou tentar se suicidar.

Palavras Proerd

Drogas: tudo aquilo que não seja alimento e ao ingerir faz mal ao nosso corpo;
Pressão: força ou pressão exercida sobre um indivíduo para fazer algo;
Pressão dos companheiros: força ou pressão sobre um indivíduo e posta para um colega da mesma idade;
Auto-estima: é a forma como você se sente consigo mesmo;
Violência: ação destrutiva às pessoas, animais ou coisas;
Gangue: grupo de pessoas que se une para fazer maldade;
Intimidar: colocar medo em alguma pessoa.

Como agir em determinadas situações

Quando alguém lhe pergunta: você quer experimentar essa droga? Você deve ser um confiante seguro e dizer; Não, obrigado. Se ele insistir diga que não quer novamente.

Declare seus direitos, fale claramente e tranquilo, respeite o direito dos outros, não permita que o obriguem a fazer algo que não quer fazer. Levante-se prontamente, tenha bom contato visual, seja seguro consigo mesmo.

As pessoas que usam drogas, não podem ser excluídos da sociedade, porque eles são pessoas que nem nós, seres humanos e precisam de ajuda. Se nós tratarmos eles com violência eles também vão descontar a raiva em outras pessoas.

Como diz o ditado “violência só gera violência”. Devemos tratá-los com respeito, com bastante carinho e tentar ajudá-los a sair das drogas.

Drogas e Violência

Assunto polêmico nos dias atuais, quando nós, pais e educadores nos deparamos com situações no cotidiano, que nos deixam muitas vezes perplexos, sem saber exatamente o que fazer ou a quem nos dirigirmos. De que forma atuarmos junto a nossos filhos e nossos alunos de modo a conscientizá-los da importância de dizer não às drogas.

Assim, o jornal A Ponta, aborda esta questão, não com a pretensão de esgotá-la, mas apenas polemizando e procurando conscientizar, especialmente a nossos adolescentes, da importância de se conhecer o assunto e não apenas se deixar levar pela corrente dos modismos.

Florianópolis já não é mais a cidadezinha pacata de 20 anos atrás, onde o ladrão que existia, era o ladrão de galinhas, de bujão-de-gás. No decorrer do primeiro semestre deste ano, a cidade já vivenciou mais que o dobro de homicídios do que em todo o ano passado. Os números não mentem e os registros nas delegacias estão aí para serem confirmados.

De modo que, a violência e a droga, que via de regra caminham juntas, estão na ordem do dia sim, e é preciso que toda a sociedade discuta, se mobilize, participe de ações que visem minimizar este panorama triste, mais uma pesada mazela do século XXI, que se inicia, herança do século passado.

Não podemos permitir que tantos avanços da ciência deste e do século passado, sejam borrados com o avanço da violência, da crueldade e da desigualdade social. Precisamos ser cidadãos ativos neste processo e contribuir de uma maneira ou de outra para limpar este borrão da história.

As próximas eleições têm que ser bem pensadas para darmos o nosso voto conscientes de que, entre outras ações, esta é uma que exige a nossa responsabilidade e garantirmos a escolha de dirigentes que tenham ações conseqüentes para uma melhor distribuição de renda, uma melhoria geral no padrão de vida da população e ações reais de desenvolvimento sustentável e combate às mazelas originadas por este chamado neoliberalismo, no Brasil, tão bem defendido e propagado pelo governo de Fernando Henrique.

Solventes e Inalantes

Por Diego Cruz Gomes - diretor da ABS

A palavra solvente significa substância capaz de dissolver coisas e inalante é toda substância que pode ser inalada, isto é, sendo bastante volátil, é introduzida no organismo através da aspiração pelo nariz ou boca. Um número enorme de produtos comerciais, como esmaltes, colas, tintas, thinners, propelentes, gasolina, removedores, vernizes, etc., contém estes solventes.

É importante chamar a atenção para o **lança-perfume**, líquido a base de cloreto de etila ou cloreto. Sua fabricação é proibida no Brasil e ele só aparece no carnaval, contrabandeado de outros países sul-americanos. O início dos efeitos, após a aspiração, é bastante rápido - de segundos a minutos no máximo e em 15-40 minutos já desaparecem; assim o usuário repete as aspirações várias vezes para que as sensações durem mais tempo. De acordo com o aparecimento dos efeitos após inalação de solventes, eles foram divididos em quatro fases: **Primeira fase** - é a fase de excitação. A pessoa fica eufórica, aparentemente excitada, ocorrendo tonturas e perturbações auditivas e visuais. Mas pode também aparecer náuseas, espirros, tosse, muita salivagem

e as faces podem ficar avermelhadas;

Segunda fase - a depressão do cérebro começa a predominar, com a pessoa ficando em confusão, desorientada, voz meio pastosa, visão embaçada, perda do autocontrole, dor de cabeça, palidez; a pessoa começa a ver ou ouvir coisas;

Terceira fase - a depressão se aprofunda com redução acentuada do alerta, a pessoa não consegue mais fixar os olhos nos objetos, incoordenação motora com marcha vacilante, a fala “enrolada”, reflexos lentos; já pode ocorrer evidentes processos alucinatórios;

Quarta fase - depressão tardia, que pode chegar à inconsciência, queda da pressão, sonhos estranhos, podendo ainda a pessoa apresentar surtos de convulsões. Sabe-se que a aspiração repetida, crônica, dos solventes pode levar a destruição de neurônios (as células cerebrais) causando lesões irreversíveis do cérebro. Com isso, pessoas que usam solventes cronicamente apresentam-se apáticas, têm dificuldade de concentração e déficit de memória.

Os solventes pouco atuam em outros órgãos, a não ser no cérebro. Entretanto, existe um fenômeno produzido pelos solventes que pode ser muito perigoso. Eles tornam o coração humano mais sensível

a uma substância que o nosso corpo fabrica, a adrenalina, que faz o número de batimentos cardíacos aumentar. Esta adrenalina é liberada toda vez que o corpo humano tem que exercer um esforço extra, por exemplo, correr ou praticar esportes. Assim, se uma pessoa inala um solvente e logo depois faz esforço físico, o seu coração pode sofrer, pois ele está muito sensível à adrenalina liberada por causa do esforço.

A dependência naqueles que abusam cronicamente de solventes é comum, sendo os componentes psíquicos da dependência os mais evidentes, tais como: desejo de usar, perda de outros interesses que não seja o de usar solvente. Em relação à tolerância mostra que ela pode ocorrer, embora não tão dramática quanto outras drogas (como as anfetaminas, por exemplo, os dependentes passam a tomar doses de 50-70 vezes maiores que as iniciais). Dependendo da pessoa e do solvente, a tolerância se instala ao fim de 1 a 2 meses. Essas drogas são as mais usadas entre os jovens no carnaval, com um intuito de obter um ilusório bem estar e uma euforia totalmente artificial, desencadeando efeitos negativos de cunho moral, psicológico, social e físico, sendo este último na maioria das vezes, irreversível.

Panificadora e Confeitaria

Passing

Fone 235-3194

Rod. Gilson da Costa Xavier, 611
Sambaqui

Djalma Lúcio

O seu corretor
de Seguros

Fones 9960-7430 - 223-0596

Marcos Materias de Construção

Fone 235-1484

Santo Antônio de Lisboa

Carta do escrivão Pero Vaz de Caminha a El Rey transmitida do Brasil em 2000

Por Diego Cruz Gomes e Rosana Bond

Em pleno ano 2000, nos tempos da globalização devoradora de países em desenvolvimento, Cabral se perde no tempo e descobre a terra brasilis 500 anos depois.

Na verdade, não sei se começo a transmitir esta carta do início ou do final. Uso para isso, não se assuste Majestade, uma abelha falante que cá costumam apelidar de “rádio”. Assim sendo, resolvo então dedicá-la à primeira traça que por ventura venha interessar-se em destruí-la.

As dificuldades para, enfim, chegar a esta terra foram muitas e só o bom Deus sabe o sacrifício que tivemos de enfrentar entre monstros de sete cabeças, dragões do mar, serpentes imensas, japoneses arpoando baleias gigantes, petroleiros da Petrobrás e da Esso jogando óleo nas águas e até de mísseis americanos tivemos de desviar. Mas digo a Vosso rei que enfim chegamos, uns bem são e salvos, outros nem tanto. Pois, me desculpe majestade, recebemos umas desmazeladas caravelas, que vazavam para todos os lados, pois as ditas foram feitas com mero encaixe. (Da próxima vez mande colocar pregos, pois não?). Mas, falando do mais importante, ou seja, a terra de bons ares que encontramos...

A terra que aqui descrevo, é de muita grandeza e fartura, apesar de desgastada pelo motivo de tanto uso, desuso (e abuso, pois não?).

A morada das pessoas que aqui vivem é de estranheza tamanha! Digo a Vosso Rei que jamais moraria empilhado como esta gente daqui. Chamam estes montes de “prédios”. Forçaram-me a entrar em um deles. Fui até o topo, bem perto das brancas nuvens, através de

um quarto semovente, que eles apelidam, imagina, de “elevador”. Lá no alto olhamos para baixo e nos sentimos como se fôssemos fura-buchos sobrevoando o mar de estranho colorido: uma parte azul, outra nem tanto.

Éramos avistados por muitas pessoas que nos achavam engraçados, devido às nossas vestes tão diferente das deles. Mas a verdade seja dita, Majestade, é essa gente que se traça de maneira mui excêntrica. Os pequenos infantes se colocam uma calça curta pelos joelhos, mas na qual sobram panos nos lados, deixando revelar-se metade do traseiro. Já as donzelas parecem não ter riquezas suficientes para adquirir uma roupa inteira, pois se põem uns diminutos tapa-rabos e tapa-peitos, que mal cobrem suas vergonhas.

Durante a exploração desta cidade andamos em uma carroça que, por incrível que pareça, não possuía cavalos para nos levar. E olha que andava muito mais rápido de que se os tivesse. As pessoas desta terra são de boas feições, apesar de que no verão andam desnudas, como já disse, sendo mui diferentes dos nossos castos modos da Europa.

Conhecemos também umas caixinhas retangulares com números assentados em cima, ligadas a uns tubos negros que servem para transmitir o som ao longe. Chamam a isso de “telefone”. E se trata, sem dúvida, de uma especiaria magnífica, a qual Vossa Majestade poderia mandar instalar no palácio para não ser obrigado a viver gritando pelos salões e a mandar mensagens pelo mundo, como costuma fazer hoje.

O Brasil, como assim é chamado, é um país rico, onde as pessoas não sabem desfrutar de tamanha riqueza. Ou

melhor, há sim quem as saibam aproveitar! Da mesma forma como em nosso Portugal - com exceção de Vossa Majestade é claro - quem aproveita são os governantes, os donos dos bancos, os políticos e os proprietários das grandes lavours desta terra. São tipos tão apetitosos que tudo querem para si, não deixando nada para os demais.

Nesta abundância de gente que aqui vive, notamos várias colorações de pele. E os cabelos então, Vossa Majestade! Que maravilha multicolorida! São amarelos, vermelhos, brancos, pretos e, não se espante senhor, mas até verdes há. É um povo muito, mas muito alegre mesmo, Vossa Majestade (confesso cá que não compreendo muito bem para que tanto entusiasmo...).

Mas como dizia, é um povo muito alegre que gosta de cantar e dançar na rua. Possuem até uma época específica para este tipo de coisa, o chamado carnaval. Mas carnaval mesmo, majestade, é aquele que acontece numas festas que eles fazem cá, correndo atrás de uma bola dentro de uma grande arena cheia de miles de pessoas. São 22 gajos que disparam pra lá e pra cá, com suas camisolas coloridas, e só ficam satisfeitos quando a pelota entra numa gaiola cortada ao meio. E ela sempre costuma entrar, Majestade, pois os “vurros” (burros) vivem a por apenas um único homem na entrada da gaiola, tendo tantos a habitar o campo.

Confesso que não vi a menor graça nestas festas, mas futebol a gente não discute, entende Majestade!? Futebol é paixão, futebol é alegria, futebol é beleza, futebol é pau na torcida do inimigo, futebol é caixinha de surpresa, futebol é...Brasil! II! II!
Caminha, 23 de abril de 2000.
E viva o penta!

Eu ia à ilha

Por Sérgio Luiz Ferreira

Higino Pereira Machado nasceu em 1900 e faleceu em 1990, em Sambaqui, noroeste da Ilha de Santa Catarina. Foi pescador na maior parte desses noventa anos.

Apesar de seu avô ter sido Tenente Coronel do Exército e Cavaleiro da Ordem de Cristo, ele, como quase todos os brasileiros de seu período, era analfabeto.

Gino, como era chamado, era um pescador um tanto quanto “sui generis”. Para se ter uma idéia, ele levava sempre na proa de sua canoa, um baú com roupas. Se esfriasse, ele sacava um capote do baú. Se estivesse pescando perto de uma freguesia onde tivesse quermesse, baile ou novena, ele tirava a roupa de domingo do baú e lá se tocava para festa.

Ele era também o único pescador que tinha uma vitrola. Em sua casa, na Ponta de Sambaqui, nas tardes de domingo havia domingueira ao som do único disco de vinil, que só tinha duas músicas, O Biguá e A Rolinha.

Pelos idos dos anos de mil novecentos e sessenta aconteceu em Sambaqui um curso de alfabetização de adultos. O professor era o senhor Durval Pires da Cunha, que era agricultor e barbeiro. Na sala de aula estava concentrado o estado maior do consumo de cachaça das vendas da região, incluindo entre esses o Gino. Aliás, ele era meu tio-bisavô.

A cartilha utilizada era a mesma das crianças do primário. Meu pai até hoje recita essa cartilha de cor. Certa vez, seu Durval mandou que Gino lesse a frase da cartilha: “eu ia à ilha”. Gino leu: “eu ia à ilha, deu um pampeiro de vento sul, eu não fui”.

Seu Durval disse:

- Seu Gino, leia a frase direito!
- “Eu ia à ilha, deu um pampeiro de vento sul, eu não fui”.
- Seu Gino, não é isso que está escrito.
- Seu Durval, como é que o senhor queria que eu fosse à ilha com um pampeiraço de vento desse? Como é que eu ia voltar para a aula hoje?
- Seu Gino, não era para ir à ilha, era para fazer de conta.
- Fazer de conta, não senhor, eu não sou mentiroso!

É preciso dizer que a ilha a que ele se referia era a Ilha de Raton Grande, que fica defronte à Praia de Sambaqui. Quem estivesse na ilha de Raton Grande e fosse surpreendido pelo vento sul, ficava três dias arribado na ilha.

Ah, se Paulo Freire visse a cena! O aluno querendo ir além da frase escrita, querendo trazer para a sua realidade a lição da cartilha e o professor insistindo na questão pronta. Bajão, um pescador que quase não gostava de rir, rolava no chão de tanta gargalhada.

O estafego foi tão grande, que a aula e o curso foram suspensos.

E Gino, continuou a dizer: “eu ia à ilha, deu um pampeiro de vento sul, eu não fui”!

Barracos da Cidade

Acontece dia 13 de agosto a abertura de mais uma exposição de Elias Andrade, na Galeria de Artes da UFSC, no Centro de Convivência. Não deixe de visitar e conferir, afinal Índio é um artista de nossa terra, que pinta nossas belezas com todas as suas tonalidades e matizes próprios.

Nesta exposição Índio busca uma nova visão das favelas da cidade. Seu intuito é fazer com que o morro tenha uma conotação de alegria. Com grandes painéis coloridos, Índio mostra o morro com bandeiras do Divino, com boi de mamão, com a ponte Hercílio Luz ao fundo, em fim Índio quer trazer a mensagem de que no morro não vivem só bandidos e traficantes.

“A grande maioria das pessoas que vivem no morro, são trabalhadores, esta é uma exposição com a qual pretendo correr o mundo, mostrando o trabalhador do morro e sua vivacidade, sair do regional para o universal, fazendo com que a arte cumpra sua função social” diz o Índio, que está muito feliz com seu novo projeto.

Bolinho de Chuva

Ingredientes:

- 2 xícaras de farinha de trigo
- 1 colher de sopa de fermento Royal
- 3 ovos
- 1 xícara de chá de leite fervendo
- 6 colheres de sopa de açúcar
- erva-doce, a gosto.

Modo de preparo:

Bata o açúcar com os ovos, acrescente a farinha de trigo e o leite fervendo, sempre batendo e por último o fermento. Frite em óleo quente. Salpique açúcar com canela, nos bolinhos ainda quentes.

Edu Padilha Imóveis
Seu corretor de imóveis em Florianópolis

CNPJ 04.835.311/0001-21

VENDAS - AVALIAÇÕES

www.edupadilhaimoveis.com.br - jorgeedupadilha@aol.com

Ofertas da Semana

Barbadíssima - Ótimo terreno, esquina da geral, frente para o mar, escritura pública, só R\$ 148.000,00 vale a pena conferir

Terreno com 5.400 m2, escritura pública com 03 casas totalizando 300 m2 R\$ 350.000,00

Ótima casa com 162m2 semi-nova, 2 pav. 2 BWC, 2 dorms (1 suíte) garagem para 2 carros. Esc. pública 100m da praia de Samb. R\$ 160.000,00

Fone 235-3007 9104-9773
Santo Antônio de Lisboa